

Empresas saem do armário e adotam políticas voltadas para LGBTs

Fórum reúne mais de 50 corporações em prol da inclusão. No Brasil, 61% dos funcionários LGBT temem se assumir

(CartaCapital, 17/08/2017 - acesse no site de origem)

Formado em Engenharia e funcionário da área de TI, Marcos Sato, 28 anos, sabe o que é não poder ser ele mesmo no ambiente de trabalho. Aos 21 anos, assumiu para si ser gay, mas passou alguns anos dentro do armário corporativo, por não saber como seus chefes e colegas reagiriam.

“Quando você está dentro do armário, tem medo de ser julgado e de não conseguir promoções. As pessoas precisam olhar para isso, porque o profissional deixa de entregar tudo o que poderia, já que tem essas preocupações na cabeça”, diz ele, relatando que deixava de agir naturalmente e pulava os convites de happy hour por receio de represálias caso descobrissem sua orientação sexual.

“Eu namorava, mas sempre chamava ele de ela. Também cortava um pouco da intimidade com os meus pares por medo de descobrirem”, conta Sato.

Renato Lantin, hoje diretor de supply chain para a América do Sul na BASF, relata uma situação similar. “Eu tinha medo das consequências que sair do armário poderia ter no crescimento da minha carreira. Por isso, não falava da minha vida pessoal, ficava estritamente no profissional e falava de minha vida de forma genérica. É muito ruim não poder ser verdadeiro com você mesmo e com as outras pessoas”, conta.

Hoje, felizmente, a situação para ambos melhorou. Os dois trabalham em companhias que se comprometeram com discussões sobre o respeito e acolhimento da diversidade LGBT no mundo corporativo. Tanto a Ambev, onde trabalha Sato, quanto a BASF integram o Fórum de Empresas e Direitos LGBTs, ao lado de 57 outras empresas.

Entre as signatárias, estão gigantes multinacionais como Google, IBM, Carrefour e a Pfizer. Há também escritórios de advocacia, empresas de consultoria como a PWC e a EY. O que chama a atenção, porém, é a baixa adesão de empresas brasileiras ao Fórum. Entre os exemplos nacionais, estão a Ambev, a Avon e a Braskem.

“É uma preocupação a baixa adesão”, admite Reinaldo Bulgarelli, secretário executivo do Fórum e sócio-diretor da Txai Consultoria e Educação. “O que podemos supor é que as empresas estão distraídas sobre o tema, que não se conectam com temas emergentes ou agendas internacionais”, afirma.

Apesar da recente abertura de algumas empresas à diversidade, uma pesquisa do Center for Talent Innovation revelou que 61% dos profissionais LGBT no Brasil não se sentem confortáveis para se assumirem no trabalho. Isso acontece a despeito de 75% das empresas apoiarem, ao menos em tese, políticas que proíbem discriminação por identidade de gênero e orientação sexual.

Outros 49% afirmaram que não escondem, mas deixam de falar abertamente sobre o tema e alteram o próprio comportamento no ambiente de trabalho, como uma forma de se integrarem com os colegas.

O Fórum de Direitos e Empresas LGBT nasceu em 2013, a partir do gancho da decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de obrigar cartórios a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento. A ideia, na época, era atualizar as empresas a respeito desse direito.

Ao se tornarem signatárias, as companhias precisam se comprometer com 10 pontos, como a promoção de igualdade de oportunidades e tratamento justo às pessoas LGBT, a criação de um ambiente respeitoso, ensinar sobre direitos e estimular a criação de grupos de afinidade, entre outros.

Gerente de inteligência de mercado na Ambev, Bruno Rigonatti promove e faz parte de um desses grupos de afinidade, o Lager.

A sigla significa Lesbian and Gay and Everyone Respected (“Lésbicas, gays e todo mundo sendo respeitado”) e é também um trocadilho com um tipo de cerveja.

O grupo nasceu informalmente entre funcionários LGBTs no Whatsapp, em outubro de 2015, e foi institucionalizado na empresa em 2016. Hoje, há cerca de 80 integrantes. “Lá, pudemos nos conhecer, com objetivo de garantir um ambiente de trabalho diverso na empresa”, diz Rigonatti.

Também participante do Lager, Sato diz que o grupo o faz se sentir representado. “Você começa a ver pares na empresa que são igual a você. O grupo fez com que eu me sentisse mais confortável, hoje o assunto é discutido abertamente na empresa”, relata.

O básico da promoção da diversidade no mundo corporativo continua, porém, a ser o mesmo: deixar de varrer a discriminação para debaixo do tapete e colocar o assunto na mesa.

“É muito simples. As lideranças das empresas estão envolvidas no Fórum, são elas que assinam. E uma das tarefas é falar do assunto dentro e fora das empresas”, diz Bulgarelli. “Isso faz diferença. Se os executivos e presidentes estão questionando, estimula que o tema [da diversidade] seja tratado na empresa como um todo”.

Para a gerente sênior de RH da BASF, Juliana Justi, além da questão óbvia de respeito aos direitos humanos, a diversidade também pode trazer resultados financeiros para as empresas.

“Falamos de diversidade como uma responsabilidade e como uma forma verdadeira de ganhar dinheiro. Pessoas diversas geram resultados”, conclui. Segundo ela, as ações práticas também deixam claro que o ambiente corporativo não aceita mais a discriminação.

“No dia do Orgulho LGBT tiramos uma foto com a bandeira, dizendo que tínhamos orgulho. São pequenas ações que dizem para as pessoas: você pode até ser preconceituoso, mas a companhia não tem espaço para isso. Aqui dentro, você tem que respeitar”.

Renato Landin conta ter sido “tirado do armário” de forma positiva pelo chefe, que perguntou sobre seu marido de maneira natural. Ele diz que hoje todos sabem de sua orientação sexual e que não tem mais problemas com isso. “Me assumir no trabalho foi um divisor de águas na

minha vida.”

Tory Oliveira

“Não aceitaremos manobras escusas que levem a retrocesso em políticas de Direitos Humanos”, afirma ministra

(Portal Brasil, 11/12/2015) *Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, participou da entrega da 21ª edição do Prêmio Direitos Humanos*

Os últimos 13 anos de governo resultaram em avanços nas políticas emancipatórias de direitos humanos, apontou a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, durante a entrega da 21ª edição do Prêmio Direitos Humanos, nesta sexta-feira (11).

Leia mais:

[Dilma destaca conquistas e diz que coragem dos que lutam pelos direitos humanos inspira \(Blog do Planalto, 11/12/2015\)](#)

[Direitos na democracia, por Nilma Lino Gomes e Rogério Sottili \(Folha de S. Paulo, 11/12/2015\)](#)

[Luiza Erundina recebe Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns \(SPM, 11/12/2015\)](#)

Ela disse, também, que, para garantir que os avanços na sociedade brasileira continuem, não são aceitáveis as tentativas não fundamentadas de retirar do governo a presidenta eleita democraticamente.

“Não podemos aceitar de forma alguma manobras escusas que nos levem a qualquer tipo de retrocesso nas nossas políticas, nos nossos direitos. Afinal, faz parte da visão emancipatória dos direitos humanos a afirmação de que não aceitamos e não aceitaremos retroceder. Nós vamos avançar. E nós avançaremos com a liderança da nossa presidenta Dilma Rousseff”, afirmou.

Nilma demonstrou que o governo da presidenta Dilma luta “incansavelmente” contra a visão conservadora de que as políticas de direitos humanos existem para os sujeitos de direitos que são vítimas, meros consumidores de políticas sociais ou como uma massa desordeira e carente que necessita de um Estado paternalista e assistencialista.

“Infelizmente, essa é a visão que prevalece entre os mais conservadores da nossa sociedade. Uma visão contra a qual lutamos incansavelmente nos últimos 13 anos, a fim de instituímos uma concepção emancipatória dos direitos humanos.”

A ministra enumerou as diversas políticas e programas emancipatórios que se traduziram em avanços nos Direitos Humanos: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, ProUni, Política de Cotas, o Plano Juventude Viva, o Ciência sem Fronteiras, o Programa Brasil Quilombola, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Social, o Programa Nacional de Direitos Humanos, a Casa da Mulher Brasileira e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, entre outras.

“É isso que nós temos que comemorar e que preservar na nossa sociedade cada vez mais”, concluiu.

Acesse no site de origem: [“Não aceitaremos manobras escusas que levem a retrocesso em políticas de Direitos Humanos” \(Portal Brasil, 11/2/2015\)](#)

Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios

(CFEMEA, 27/11/2014) As acirradas eleições deste ano, que tiveram início em 5 de outubro e foram concluídas no dia 26 de mesmo mês com o segundo turno, apresentaram-nos antigos problemas referentes à representação política das mulheres, bem como novas preocupações.

Acesse aqui o documento em PDF: [Análise das eleições - Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios](#)

Bandeira de Dilma, programa de creches tem falhas e desperdiça recursos, diz TCU

(Último Segundo, 04/10/2014) Uma das principais bandeiras políticas na área de educação da presidente Dilma Rousseff (PT) nesta campanha eleitoral, o Proinfância tem como objetivo a construção de creches e pré-escolas, assim como a aquisição de equipamentos para estruturá-las. Mas a iniciativa, oficialmente conhecida como Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, possui uma série de falhas que atrapalham seus propósitos, como apontou o Tribunal de Contas da União (TCU),

em auditoria publicada no final de setembro deste ano.



Creches modelos construídas pelo Proinfância são destacadas na propaganda eleitoral (Foto: Reprodução/Propaganda eleitoral Dilma (PT))

São problemas como bibliotecas e salas de leituras sem livros, laboratórios de informática entregues sem computadores. Há também falhas estruturais arquitetônicas no programa. Por exemplo, há projetos de creches para o clima quente de uma determinada região do País que são exportados para outras regiões mais frias, sem as devidas adaptações necessárias.

“Observa-se que não houve um diagnóstico amplo, estruturado e prévio que embasasse a concepção dos projetos arquitetônicos definidos como padrão para o programa”, afirma relatório de auditoria. Sendo assim, não é incomum encontrar refeitórios destinados para crianças desprotegidos do frio e da chuva, além de anfiteatros descobertos, sem falar na falta de acesso coberto aos banheiros.

De acordo com a pesquisa realizada com secretarias municipais de educação pelo País, 32% das respondentes alegam a inadequação do projeto às necessidades locais como uma das dificuldades para o funcionamento da unidade.

“Além disso, 28% informam que tais inadequações dificultam o início das atividades das unidades do Proinfância. Percebe-se, portanto, que o funcionamento da unidade é prejudicado diretamente pelas inadequações do projeto às necessidades regionais”, pontua outro trecho do relatório.

Segundo entrevista com gestores do próprio Ministério da Educação (MEC), feitas pelos analistas do TCU, foram consideradas como referência “apenas” os projetos desenvolvidos em Belo Horizonte (MG) e Niterói (RJ) para a elaboração do projeto arquitetônico de construção das unidades do Proinfância .

Demais problemas

A falta de material de leitura é outro empecilho que impede que o programa atinja todos os seus objetivos de forma adequada. “Das secretarias municipais de educação que responderam a pesquisa, 46% informaram que uma das principais dificuldades para o adequado

funcionamento das unidades do Proinfância é a falta de livros infantis”, pontua o documento do TCU.



Creche do Proinfância na cidade de Atalaia (AL) com laboratório de informática vazio (Foto: Divulgação/TCU)

Além da falta de livros, a auditoria também identificou problemas na entrega de equipamentos tecnológicos para as unidades. Nas creches do Proinfância, também está prevista a construção de laboratórios de informática. Entretanto, segundo relatório, 57% informaram que esses espaços encontram-se fechados, aguardando computadores.

Diante desse quadro, o TCU concluiu que estas falhas resultaram em prejuízos financeiros para a União: “pode-se estimar, com 95% de confiança, que o dispêndio de recursos públicos sem uso efetivo, atinge, no mínimo, cerca de R\$ 6,13 milhões”.

O trabalho de auditoria do órgão federal também apontou que a assistência técnica prestada pela Secretaria de Educação Básica do MEC é “insuficiente e pouco abrangente” e que há problemas com repasses maior para municípios que cadastraram alunos em duplicidade.

Por fim, o TCU ainda analisou a qualidade do corpo docente e da gestão pedagógica das unidades. Segundo o ministro-relator do processo, José Jorge, “ainda que o nível de formação dos professores do Proinfância esteja em um bom patamar, falta experiência técnica das equipes para a elaboração da proposta pedagógica e para o estabelecimento de rotinas de atividades para utilização dos espaços existentes”.

Para a realização da auditoria foram realizadas pesquisas eletrônicas com gestores das secretarias municipais de educação do País e com consultoras contratadas pelo MEC para atuar no Proinfância. Também foram realizados estudos de caso em oito escolas nos municípios de Esteio e Sapiranga, no Rio Grande do Sul; Florianópolis, em Santa Catarina; Contagem e Coronel Fabriciano, em Minas Gerais; e Atalaia e Teotônio Vilela, em Alagoas.

Contando a partir da divulgação do relatório, no final de setembro, o governo tem 90 dias para apresentar um plano de ação para efetivar as recomendações de aperfeiçoamento na execução do Proinfância sugeridas pelo TCU.

Veja resumo dos problemas do Proinfância apontados pelo TCU:

Principais fatores que dificultaram o início das atividades do Proinfância



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa realizada com secretarias municipais de educação.

TCU

Mais sobre o programa

O Proinfância foi instituído em 2007, na gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela iniciativa, “seu principal objetivo é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública”. De 2007 a 2012, já foram investidos cerca de R\$ 4,6 bilhões no programa.

Uma das metas prevista do Plano Nacional de Educação (PNE) é justamente aumentar o acesso à educação infantil. Em 2024, espera-se que 50% das crianças de 0 a 3 anos estejam nas creches. Atualmente, segundo dados do Observatório do PNE, apenas 23,5% delas estão matriculadas em creches.

Lições para melhorar programa

Para o professor da Faculdade de Educação da USP, Ocimar Alavarse, a fiscalização do TCU “mostra que erros, que não deveriam existir, foram cometidos”. “Agora é preciso aprender com eles, tirar lições e melhorar a ação do programa. Todas as políticas públicas precisam ser bem avaliadas. As avaliações ajudam a evitar isso [as falhas]”, diz Alavarse.

Segundo Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – ONG que congrega uma série de entidades do setor –, “o Proinfância é louvável, mas o caminho não é esse”.

“Ao invés do Proinfância, para expandir as matrículas em creche no Brasil com qualidade, seria mais efetivo aumentar os repasses do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] aos entes federados. Além disso, é preciso implementar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) até o segundo ano de vigência do PNE”, explica Cara.

Resposta do governo federal

Para se posicionar diante das falhas do Proinfância apontados pelo tribunal, o governo federal centralizou o seu posicionamento por meio do MEC. Inicialmente a pasta informou à reportagem que o ministério “mantém ao longo dos anos um efetivo diálogo com o TCU, o que tem permitido a melhoria de seus processos de gestão.”



MEC: ‘hoje, os projetos já contemplam as adaptações regionais sugeridas pelo TCU’
(Foto: EBC)

O MEC ainda destacou que a execução dos trabalhos da auditoria – publicada agora neste ano pelo TCU – foi feita em 2012 [a auditoria foi realizada no período de abril a outubro], e que se trata “de uma auditoria operacional e não de conformidade”. O ministério também informa que, “atualmente, os projetos já contemplam as adaptações regionais sugeridas pelo TCU”.

“Nas creches já construídas, os municípios foram autorizados a proceder ajustes. Na região Sul, por exemplo, foram autorizados fechamentos laterais nos pátios cobertos. No que se refere aos espaços citados como laboratório de informática, cabe esclarecer que eles são, na verdade, espaços para usos múltiplos, não sendo, portanto, obrigatória a destinação para laboratório de informática”, diz o MEC.

Sobre a ausência de livros nas creches, o ministério disse que “todas as unidades públicas de educação infantil no Brasil recebem livros de literatura por meio do PNBE [Programa Nacional Biblioteca da Escola]. As unidades do Proinfância são igualmente contempladas com o envio de livros”.

Sobre o cadastramento em duplicidade de alunos, o MEC informou que “caso a informação se revele incorreta no momento da prestação de contas por parte dos municípios, os recursos porventura repassados a mais devem ser devolvidos”.

O órgão ainda destaca que “o governo federal financiou, pela primeira vez, em larga escala, a

construção de unidades de educação infantil e os municípios têm a obrigação de prestar o atendimento à população”.

Davi Lira

Acesse no site de origem: [*Bandeira de Dilma, programa de creches tem falhas e desperdiça recursos, diz TCU \(Último Segundo, 04/10/2014\)*](#)

Políticas específicas para diferentes grupos são desafios para governantes

(Senado Notícias, 02/10/2014) Índios, negros, pessoas com deficiência, homossexuais, mulheres. Houve avanços na sociedade brasileira para as minorias, mas as diferenças entre os grupos sociais ainda exigem políticas públicas específicas. Veja na segunda matéria da série Brasil 200, da TV Senado, que mostra os desafios que os novos governantes eleitos terão que enfrentar.

Leia também:

[*Conheça as propostas dos candidatos à Presidência para população LGBT*](#)

[*A hipocrisia dos candidatos à presidência frente ao casamento homossexual, por Juan Arias*](#)

Acesse no site de origem: [*Políticas específicas para diferentes grupos são desafios para governantes \(Senado Notícias, 02/10/2014\)*](#)